

**XXIII ENACED**

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí**Eixo Temático:** Educação e Decolonialidade

ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA AO ENCONTRO DA POSSIBILIDADE DE DECOLONIALIDADE E EMANCIPAÇÃO

Edina de Souza da Silva¹
Melissa Pereira Mello²
Aline Pelissari Kravos³

RESUMO

O presente trabalho trata da necessidade da discussão e reflexão em relação à história da educação brasileira e a sua direta ligação com a dificuldade na decolonialidade e emancipação dos sujeitos. Para isso, buscou-se refletir e discutir sobre a história da educação e como os aspectos históricos e sociais tem influência no contexto da estruturação da sociedade, e também, de que forma esse reconhecimento traz a possibilidade de uma educação emancipatória no contexto atual. Com isso, a pesquisa torna-se de cunho qualitativo. Foi realizada a revisão bibliográfica tendo como aporte teórico Brandão; Dantas; Filho; Mignolo, Quijano; Romanelli; Saviani; Rodrigues. Conclui-se que os aspectos da colonialidade ainda se refletem na educação brasileira. E no que se refere à decolonialidade, é imprescindível que esse processo ocorra em todas as estruturas sociais para que possa desenvolver a resistência e desconstrução de conceitos, padrões e perspectivas fortemente impostas a muitos países.

Palavras-chave: Decolonialidade. Educação. Emancipação. História da Educação.

INTRODUÇÃO

A educação é um dos princípios fundamentais de toda a sociedade. E passou por vários processos de contextualização, desde a transferência de conhecimento, aprimoramento de ideologias, transformação e desenvolvimento social até chegar, atualmente, como um dos

¹ Mestranda em Educação UFFS Campus Erechim. Especialista em Gestão Escolar UFFS/Erechim. Especialista em Educação Ambiental (Portal Faculdades). Graduação em Ciências Biológicas (Unochapecó/SC). Professora da rede municipal de Concórdia/SC. E-mail: ednasys33@gmail.com

² Mestranda em Educação UFFS/Erechim. Psicopedagoga, especialista em Educação Especial e professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) do município de Gramado/RS. E-mail: melissa.mello@edu.gramado.rs.gov.br

³ Mestranda em Educação UFFS/Erechim, Pós-Graduação em Educação Infantil e Ensino Fundamental (EDUCAMINAS), Licenciada em Pedagogia pela (UFFS Erechim). Pesquisadora Grupo de Pesquisa Educação, Formação Docente e Processos Educativos (CNPQ). E-mail: alinekravos10@hotmail.com



XXIII ENACED

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



princípios de possibilidade de emancipação do sujeito, mesmo esse sendo um dos grandes focos da educação sabe-se que nem sempre isso ocorre nas instituições de ensino.

A justificativa do estudo, dentro do contexto histórico da educação, ocorre pela necessidade de analisar os aspectos estruturantes da educação, na qual se torna evidente a adaptação aos modelos da lógica econômica. Então, por que ainda a consideramos como instrumento social de contradição às várias estruturas hegemônicas de poder? As palavras de Brandão (2001) trazem luz a essa indagação, pois a educação sobrevive aos sistemas, mas pode servir como reprodutora da desigualdade e a opressão, por outro lado, pode produzir a igualdade e liberdade, a educação existe de diferentes formas, mas o que importa é que pode principalmente auxiliar a construir outro tipo de mundo.

Os aspectos relacionados à Educação são sempre carregados de complexidade, portanto, o objetivo dessa análise é promover um debate sobre a história da educação e como seus aspectos históricos e sociais influenciam o contexto da estruturação da sociedade, além de pensar de que forma esse reconhecimento traz a possibilidade de uma educação de decolonialidade e emancipatória? Esses apontamentos ao longo do texto serão discutidos a fim de refletirmos sobre como esses processos evoluíram ao longo do tempo.

O procedimento metodológico adotado ao longo do artigo se utiliza da pesquisa bibliográfica, assim como da abordagem qualitativa para análise interpretativa que estruturam o artigo. A estruturação do texto se descreve em duas seções: a primeira intitulada como “aspectos influentes da colonialidade à educação brasileira na construção do sujeito emancipado”, na qual aborda como a colonialidade influenciou a estruturação social e a lógica educativa no decorrer da história. A segunda seção aborda brevemente “a necessidade da decolonialidade e emancipação do sujeito” pela qual se discute como a emancipação dos sujeitos se faz necessária, e que o indivíduo tenha consciência social a partir da emancipação por meio do diálogo crítico e não reprodutivista tendo na educação um dos pilares mediadores.

ASPECTOS INFLUENTES DA COLONIALIDADE À EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA CONSTRUÇÃO DO SUJEITO EMANCIPADO

Iniciamos a reflexão diante dos dizeres de Émile Durkheim (2011), no qual retrata a importância da construção de valores sociais coletivos tendo a educação como influenciador, tanto para domínio quanto para emancipação, e também, a qual a geração anterior educa a novas gerações, desenvolvendo estados físicos, intelectuais e morais. Rodrigues (2007, p. 25),



XXIII ENACED

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

CIÊNCIA, DEMOCRACIA E DECOLONIALIDADE: CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



no mesmo viés, defende que “valores sociais, como justiça, solidariedade e convivência, estão atrelados à educação, mas, vão muito além da escola, pois são valores morais transmitidos através de crenças e normas”, estes passados de geração em geração. Os autores defendem ainda, que esta Educação está submetida a uma organização social, estabelecida na divisão de trabalhos e diferenciação social.

Ao se considerar a educação nas sociedades primitivas observa-se ela fundamentada na cultura do saber, na transmissão de conhecimento para a finalidade da sobrevivência, e passa a se tornar educação hierárquica com finalidade ligada a atender às primeiras formas de controle social e político. Para Brandão (2001, p.15), a história da educação demonstra esse contexto histórico de subjugação social, ao definir que:

[...] Assim também a educação. Por toda a parte onde ela deixa de ser totalmente livre e comunitária (não escrita) e é presa na escola, entre as mãos de educadores a serviço de senhores, ela tende a inverter a utilização de seus frutos: o saber e a repartição do saber. A Educação da comunidade de iguais que reproduzia em um momento anterior a igualdade, por sobre diferenças naturais, começa a reproduzir a desigualdades sociais por sobre igualdades naturais, começa desde quando usa a escola e os sistemas pedagógicos e as leis de ensino para servir ao poder de uns poucos sobre o trabalho e a vida de muitos [...] uns como senhores e outros, como escravos.

De acordo com Filho (2001, p. 12) foi entre os séculos XI e XIV, principalmente na Europa, que ocorreram grandes transformações no período colonial brasileiro, no qual a organização social se caracterizava por uma sociedade escravocrata, aristocrática e patriarcal, e a educação passa a atender aos seus anseios, voltada à classe dominante. Em relação à colonialidade, de acordo com Dantas (2020, p. 5) foi nesse período que se estabeleceu o padrão racial global presente até os dias atuais. Esse colonialismo naturaliza a dominação de um povo sobre o outro, incluindo a divisão do trabalho. Com isso cria-se um padrão global na crença de inferioridade racial civilizada, aos europeus, e não civilizada aos não europeus.

Dentro desse contexto, com a chegada da Companhia de Jesus (1540), forçada a conseguir novos adeptos devido ao avanço do Humanismo em terras europeias, estabelece de um lado, a catequese aos indígenas para subjugar-los à conversão Católica e à passividade aos seus senhores, e do outro, a educação elementar era oferecida aos pequenos indígenas e filhos dos colonos, e a educação média, aos filhos homens dos aristocratas. Aos que tivessem o interesse na vida sacerdotal era oferecida ali a educação superior, os demais estudariam na Europa para que voltassem, posteriormente, para administrar a Colônia. (Ribeiro, 1993; Romanelli, 2001).



XXIII ENACED

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



Com o declínio do Mercantilismo e a ascensão do Liberalismo, o novo pensamento econômico passa a pautar-se no acúmulo de capital através de trabalhadores produtivos. Com isso, conduzem-se, à Colônia, toda a Família Real (1808), o que torna o Brasil a sede da Monarquia. Com isso, ocorrem muitas transformações sociais, incluindo também, o âmbito educacional, porém, esses ideais surtiram pouco efeito no Brasil, tendo em vista que o conhecimento acompanhava a elite, e esta não tinha interesse em alterar as estruturas sociais.

Em relação à influência da colonialidade frente a essas relações de poder, o contexto que se estabelece na educação, a partir desse período é determinante, a distinção de poder velada entre ‘colonizadores’ e ‘colonizados’ que nada mais é do que a fina objetivação humana imposta, a qual ainda hoje se sobressai. Para Mignolo (2005, p. 34) no que tange a relação capitalismo, colonialidade e a influência sobre a educação,

[...] e, por isso, a colonialidade do poder é invisível. A consequência é que o capitalismo, como a modernidade, aparece como um fenômeno europeu e não planetário, do qual todo o mundo é partícipe, mas com distintas posições de poder. Isto é, a colonialidade do poder é o eixo que organizou e continua organizando a diferença colonial, a periferia como natureza.

A educação continuou elitizada durante o período Imperial até a Proclamação da República, no entanto, os projetos de Leis não vingaram pela falta de verbas e interesse político. Houve forte concentração de prioridade ao Ensino Superior, destaque, também, ao surgimento das Escolas Normais com intuito de formar professoras. Em relação a essa situação, Dantas (2020, p. 10) afirma que:

As faculdades brasileiras só foram fundadas no período da monarquia brasileira no século XIX. [...] os movimentos de resistência causaram impacto na conjuntura social, fazendo com que o governo e as elites se preocupassem com todo o aparato bélico e jurídico para manter sua posição social. [...]. Contudo, à luz da colonialidade do poder à brasileira, é possível sugerir que as primeiras faculdades criadas – de Direito, Medicina e Engenharia – estavam ligadas ao controle social.

Ao final do Império e com a Proclamação da República, se tem uma educação desqualificada, elitista e sem preocupação com os filhos de trabalhadores. De acordo com Suhr (2011, p. 32), com a Proclamação da República, em 1889, o governo presidencialista assumiu a filosofia positivista como princípio para a Educação brasileira e propôs a liberdade e a laicidade do ensino. Apesar da criação de várias reformas, nenhum efeito à classe trabalhadora, somente, continuou garantindo os privilégios elitistas, pois, a educação vinha, ainda, pautada nos valores e padrões da velha mentalidade aristocrático-rural (Ribeiro, 1993; Romanelli, 1978).



XXIII ENACED

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



Em 1930, ocorre a conhecida Revolução de 30, na qual a República Velha é substituída pela Era Vargas. Nas décadas de 1940 e 1950 ocorrem vários desacordos políticos, lutas ideológicas em torno do desenvolvimento econômico. Em relação à educação, a Escola Nova tinha bastante influência no campo educativo, porém, encontraram contraposição da Igreja Católica que passou a defender a educação privada. Portanto, o ensino privado no Brasil nasce liberal para atender ao ensino elementar dos brancos (Dantas 2020; Romanelli 1978).

Em contraposição, em relação a intervenção da decolonialidade, para Santos (2021) “a vinda de trabalhadores europeus, nessa época, com conhecimento do movimento sindical e consciência de classe fez surgir outro modelo de organização escolar”. Tal afirmação confirma como a formação humana fora do contexto da colonialidade facilita a emancipação por meio do entendimento do processo de participação social. Isso fica evidenciado nas palavras da autora, uma vez que, trabalhadores provenientes do contexto europeu, mesmo presente na colonialidade da América Latina, tentam alterar a sua realidade social.

Em 1960, no contexto da Guerra Fria os movimentos em favor da educação igualitária e democrática foram fortemente combatidos pela repressão da ditadura que não era favorável à educação emancipadora. E em 1970, ainda sob o regime militar, o país passa por uma grande industrialização e no que se refere à educação era necessário atender esta demanda, e desta forma, crescem os cursos técnicos e a educação pública passa a ter caráter profissionalizante (Suhr, 2011). Ainda em 1970, essa educação profissionalizante enquanto formadora de Capital humano passa a ser difundida como importante ao interesse coletivo. Porém, fica evidente a subordinação da educação ao desenvolvimento econômico, ao enquadrá-la como técnica, ela passa a ser funcional ao sistema capitalista. Portanto, ao qualificar a força de trabalho, conseqüentemente, passa a se reforçar as relações de exploração (Saviani, 2005).

Já na década de 1990, ocorreram transformações políticas, sociais e econômicas que reacenderam discussões e debates dos quais surgiram normas, planos e princípios legalizados de educação. Nesse processo reacenderam discussões e debates dos quais surgiram normas, planos e princípios legais de educação. Silva (2016 p.7) afirma que durante esse período, de redemocratização da educação “foi no início nos anos 1990 que as discussões sobre o novo modelo de gestão nas escolas ganharam força”. Mas, no que concerne a decolonialidade, ainda é o início dessa caminhada, pois para Legramandi; Gomes (2019, p. 26) “as vigentes



XXIII ENACED

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



paradigmas educacionais no Brasil são monoculturais e atendem aos preceitos das classes dominantes e a um colonialismo interno que tende a perpetuar e ampliar as desigualdades e a exclusão social”, para as autoras educação e dominação são processos contraditórios.

É importante destacar a relevância decisiva entre a colonialidade e sua relação com a educação brasileira, a sua estruturação no decorrer dos séculos XIX e XX, totalmente voltada ao contexto liberal e ao capitalismo, fortalece ainda mais o caráter de segregação, mesmo com a oficialização da proibição da escravidão, a forma de assalariar a mão-de-obra acaba por camuflar a exploração étnico-racial por meio do controle do trabalho e refletindo também, nas estruturas educativas. De acordo com (Quijano, 2005, p. 114):

[...] na América Latina em particular, as formas mais estendidas de controle do trabalho são não-salariais, ainda que em benefício global do capital, o que implica que as relações de exploração e de dominação têm caráter colonial. A independência política, desde inícios do século XIX, está acompanhada na maioria dos novos países pelo estancamento e retrocesso do capital e fortalece o caráter colonial da dominação social e política sob Estados formalmente independentes. O eurocentramento do capitalismo colonial/moderno, foi nesse sentido decisivo para o destino diferente do processo da modernidade entre a Europa e o resto do mundo.

Portanto, de acordo com Ribeiro (1993, p. 28), existe uma relação entre o contexto histórico e a forma como será estabelecida as ações contemporâneas, pois:

Quando se faz propostas educacionais, é necessário que se conheça toda a História percorrida até nossos dias, para que se crie a partir dos resultados dos trabalhos que foram desenvolvidos até o presente, para que os erros cometidos não se repitam, e os aceitos de outrora sirvam de base para que se amadureçam as propostas educacionais. Não se pode ignorar a bagagem educacional que o tempo nos legou, pois, se assim o fizermos, estaremos regredindo historicamente.

A NECESSIDADE DA DECOLONIALIDADE E EMANCIPAÇÃO DO SUJEITO

É preciso considerar todos os fatores relacionados à educação brasileira, responsáveis pelo atraso em vários aspectos, desde políticas educacionais à estruturação física e tecnológica, tais fatores como, uma elite preocupada em garantir privilégios, assim como, uma histórica desigualdade social que sempre ocasionaram grande e grave entrave à educação brasileira. Para Cury (2002, p. 257), “a escravidão, o caráter agrário-exportador desses países e uma visão preconceituosa das elites, tendo-se na conta de ‘superiores’, determinaram o pouco peso atribuído à educação escolar pública para todos”.

No que se refere à conjuntura da educação brasileira em relação à necessidade da decolonialidade, dentro de uma análise dentro da personalidade, é necessário observar que quando se discute a emancipação dos sujeitos, é necessário ter-se com clareza, que não se é



XXIII ENACED

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



educado para se tornar um sujeito emancipado, mas, domado e modelado como cidadãos nos moldes da educação reprodutivista, portanto, tornando-os passivos, consumistas e regados de falta de opinião própria ou autonomia.

Ainda há uma sociedade, na qual os sujeitos estão de mãos atadas diante de muitas situações, que os tornam impotentes, obrigando-os a se adaptar à falta de emancipação, acostumando-se a uma falsa democracia. Neste sentido, Brandão (2001, p. 4), adverte à necessidade dessa educação emancipatória que intencione, de fato, a educação ao povo, pois:

Diferente é a condição de sociedades regidas pela desigualdade, mundo que obriga a pensar, na educação, a necessidade de uma estranha educação popular. Existimos dentro de um mundo social onde senhores do poder, através do Estado, decidem e definem para os “outros” (para nós) o que querem que seja a relação entre eles e os “outros” (nós). Vivemos em uma sociedade onde um Estado de democracia restrita não é o lugar coletivo do poder consensual de criar direitos, de criar por consenso as normas da vida coletiva, mas apenas é o lugar de obedecê-las.

Por fim, quando se está em uma sociedade que pouco cultiva a emancipação dos seus sujeitos de maneira integral, surgem os mais diferentes desafios, barreiras ou obstáculos para aqueles que a buscam. Sabe-se que a emancipação é vista como perigosa para muitos, e por isso, a escola tem um papel primordial neste sentido. Pois, ao escolher a educação para a emancipação junto à criticidade permite a conscientização e a partir dela se pode transformar a comunidade, a sociedade e, posteriormente, o mundo.

Nas palavras de Freire (1979, p.40), sobre a relevância da conscientização pela educação, e os efeitos possíveis sobre o mundo, dizem que:

Aqueles que estão “conscientizados” apoderam-se de sua própria situação, inserem-se nela para transformá-la, ao menos com seu projeto e com seus esforços. Portanto, a conscientização não pode pretender nenhuma “neutralidade”. Como consequência que é da educação, demonstra que esta também não poderia ser neutra, porque se apresenta sempre, queiramos ou não, como “a forma própria de uma ação do homem sobre o mundo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário histórico abordado neste artigo trouxe muitas incertezas, apesar de percebermos alguns avanços em relação à educação brasileira. O intuito foi demonstrar aspectos relevantes do desenvolvimento do processo educacional. Ao longo do artigo fica evidente como os aspectos da colonialidade ainda se refletem na educação brasileira e na estruturação da sociedade. Ao que se refere à decolonialidade, é imprescindível que esse



XXIII ENACED

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

CIÊNCIA, DEMOCRACIA E DECOLONIALIDADE: CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



processo ocorra em todas as estruturas sociais para que possa desenvolver a resistência e desconstrução de conceitos, padrões e perspectivas fortemente impostas a muitos países.

Com isso, compreender a história da educação, e todos seus aspectos não é tão simples, é importante compreender que toda a história influenciou e ainda influencia o cenário atual da educação, tanto socialmente, quanto politicamente em uma forte conjuntura de colonialidade, e, portanto, formar sujeitos emancipados é um desafio histórico, visto que sujeitos emancipados, independentes, com opiniões próprias se tornam um problema para a classe elitizada que cria as leis e regras para a “ordem” geral da sociedade hierárquica.

Dessa forma, a escola pode se mostrar como uma base sustentadora de promover a emancipação ou não. Ao escolher ser emancipatória, permite a possibilidade de tornar pessoas críticas e conscientes de sua condição social, e que desta forma, possam rejeitar preceitos de obrigações e imposições pré-determinadas pelo modelo hegemônico arraigado na sociedade atual.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de pesquisa**, n. 116, p. 245-262, 2002. Disponível

em:<https://www.scielo.br/j/cp/a/x6g8nsWJ4MSk6K58885J3jd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jun. 2023.

DANTAS, Adriana Santiago Rosa. Sentidos sociais para a educação brasileira a partir do pensamento decolonial. **EccoS – Revista Científica**, n. 54, 2020. DOI: 10.5585/eccos.n54.17319. Disponível em:

<https://uninove.emnuvens.com.br/eccos/article/view/17319>. Acesso em: 27 mar. 2024.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Tradução: Stephania Matousek. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

FILHO, Geraldo Francisco. **A educação brasileira no contexto histórico**. Campinas: Alínea Editora, 2001.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

LEGRAMANDI, Aline Belle; GOMES, Manuel Tavares. Insurgência e resistência no pensamento freiriano: propostas para uma pedagogia decolonial e uma educação emancipatória. **Revista@ mbienteeducação**, v. 12, n. 1, p. 24-32, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.26843/v12.n1.2019.669.p24-32>. Acesso em: 27 mar. 2024.

